



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2009
(do Senhor Silvio Torres)

Requer a realização de audiência pública para debater o papel dos tribunais de contas e mudanças na legislação sobre fiscalização e controle.

Requeremos, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater o papel dos tribunais de contas e mudanças na legislação sobre as atuações desses tribunais e na forma de fiscalização e controle dos gastos públicos, com a participação das seguintes autoridades:

- Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União
- Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República
- Deputado Vital do Rêgo Filho
- Gil Castello Branco, Economista
- Bruno Speck, Cientista Político

JUSTIFICAÇÃO

Em matéria publicada no último dia 1º de novembro, o jornal O Estado de S. Paulo publicou diversas matérias sobre o papel dos órgãos de controle de fiscalização do País, em especial os tribunais de contas. O debate gira em torno de críticas feitas pelo governo federal em virtude de paralisações de obras, em especial do PAC, e da Proposta de Emenda à constituição nº 28/07, de autoria do Deputado Vital do Rêgo Filho, que entre outras coisas, propõe a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Além disso, segundo a reportagem, o governo federal estuda a criação de uma câmara técnica para resolver pendências relacionadas diretamente com o Tribunal de Contas da União e evitar que obras sejam interditadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Essa iniciativa de criar uma câmara técnica foi mal recebida pelos técnicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que, segundo matéria publicada no Correio Braziliense, dia 03 de novembro, divulgaram nota em repúdio à tese governista de que o Tribunal de Contas extrapola sua competência ao determinar a paralisação das obras.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, não pode se furtar a participar desse debate. Deve promover a discussão de maneira a contribuir para uma legislação eficaz e transparente.

Neste sentido, estamos apresentando o presente requerimento de audiência pública, e contamos com o apoio dos demais colegas.

Sala da Comissão, de novembro de 2009.

Deputado Silvio Torres
PSDB/SP